11 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

Promotoria pede a prisão de Lula no caso do tríplex

Ministério Público de SP diz que OAS beneficiou petista e lesou compradores

Promotores afirmam que prisão é necessária porque petista pode destruir provas, fugir e tumultuar o processo

Cinco dias após ter sido conduzido à força pela Polícia Federal para depor, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve a sua prisão preventiva pedida pelo Ministério Público de São Paulo, numa investigação paralela à Operação Lava Jato. Também foi requerida a quebra do sigilo bancário do petista e a retenção de seu passaporte.

O pedido é embasado na investigação sobre um tríplex em Guarujá (litoral de São Paulo), que foi reformado para a família do petista pela empreiteira OAS, segundo o Ministério Público.

Os promotores Cassio Conserino, José Carlos Blat e Fernando Henrique Araújo afirmam que a prisão de Lula é necessária porque ele pode destruir provas, fugir da aplicação da lei e tumultuar o processo por meio de sua rede política.

O ex-presidente é acusado de lavagem de dinheiro e falsidade ideológica, crimes que podem render de três a dez anos de prisão e de um a três anos, respectivamente. Sua mulher, Marisa Letícia, e um dos filhos do casal, Fábio Luís, também são acusados de lavagem de dinheiro.

O pedido de prisão se estende ao ex-presidente da OAS Léo Pinheiro, ao ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, a dois executivos da OAS (Fábio Hori Yonamine, diretor financeiro, e Roberto Moreira Ferreira, diretor da empreiteira que comprou a cozinha do apartamento na loja Kitchens), à ex-diretora da Bancoop Ana Maria Érnica e ao ex-presidente da entidade Vagner de Castro.

Pinheiro e Vaccari já foram condenados a 16 e 15 anos de prisão, respectivamente, na Lava Jato. Vaccari está preso em Curitiba sob acusação de intermediar propinas para o PT em contratos da Petrobras —o que ele e o PT negam.

A Bancoop é a cooperativa habitacional do Sindicato dos Bancários que funcionou até 2009 e, após sua quebra, transferiu obras inacabadas para a OAS, entre elas o edifício em Guarujá.

Lula é acusado pelos promotores de "cegueira deliberada", ou seja, de fazer de conta que não sabia da origem ilícita dos recursos usados na reforma: "O ex-presidente da República, deliberadamente, ignorou a origem delituosa dos valores empregados no condomínio Solaris e que lhe geraram um benefício patrimonial", dizem os procuradores na acusação.

O benefício a Lula, para os promotores, se deu em detrimento de prejuízo aos outros compradores de imóveis da Bancoop: "Milhares de famílias se viram despojadas do sonho da casa própria, e um dos investigados foi beneficiado", disse Blat em entrevista coletiva nesta quinta (10).

O caso, que corre sob segredo de Justiça, será analisado pela juíza Maria Priscila Ernandes Veiga Oliveira. Ela não tem prazo para analisar o pedido de prisão e a denúncia dos promotores.

Se a acusação for aceita pela juíza, Lula e outros 15 acusados viram réus.

CONTINUA

11 MAR 2016
FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

LULA E A VERGONHA

Os procuradores criticam o comportamento atual de Lula: "As atuais condutas do denunciado Luiz Inácio Lula da Silva, que outrora chegou a emocionar o país ao tomar posse como Presidente da República em janeiro de 2003 ("o primeiro torneiro mecânico" a fazê-lo de forma honrosa e democrática"), certamente deixariam Marx e Hegel envergonhados", dizem, referindo-se a filósofos alemães que influenciaram o pensamento de esquerda.

Blat negou que a apuração tenha motivação política, como acusa a defesa de Lula. "O nosso calendário é judicial, pouco importando se este ou aquele procedimento tenha repercussão política."

Segundo ele, a apuração é uma continuidade de um caso da Bancoop que Blat denunciou em 2010 e está em fase final de julgamento.

O prédio do Guarujá começou a ser construído em 2004, quando Marisa Letícia comprou uma das unidades, não o tríplex investigado agora.

Em 2009, quando a Bancoop quebrou e a OAS assumiu a construção do prédio, a empreiteira teria preparado o tríplex para a família.

De acordo com os promotores, a apuração deles não repete a da Lava Jato, já que trata de crimes estaduais, como estelionato. (FERNANDA MENA, MARIO CESAR CARVALHO, FLÁVIO FERREIRA, BELA MEGALE E MÁRCIO FALCÃO)

CONTINUA

11 MAR 2016
FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ACUSAÇÕES CONTRA LULA

Ministério Público de São Paulo pediu a prisão do petista e o denunciou

DENUNCIADOS

Lula

Motivos para o pedido de prisão
Promotres acreditam que Lula poderia, em liberdade, interferir na investigação e destruir provas

Motivos para a denúncia
Lula e sua família foram indevidamente contemplados pela OAS com o tríplex, segundo promotores. O petista seria o verdadeiro dono do imóvel, registrado como propriedade da OAS

Pedido de prisão preventiva

Marisa Letícia
Mulher de Lula

Fábio Luís Lula da Silva
Filho de Lula

João Vaccari Neto
Ex-presidente da Bancoop e ex-tesoureiro do PT

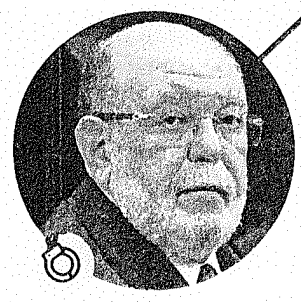
CRIMES	PENA
Lavagem de dinheiro (ocultação de patrimônio)	Prisão de três a dez anos e multa
Falsidade ideológica	Prisão de um a três anos
Estelionato contra clientes da Bancoop	Prisão de um a cinco anos e multa

CONTINUA

11 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO



Léo Pinheiro
Ex-presidente da OAS

OUTROS DENUNCIADOS

Igor Pontes	Engenheiro da OAS
Fábio Hori Yonamine	Diretor-financeiro da OAS
Roberto Moreira Ferreira	Diretor da OAS
Luigi Petti	OAS Empreendimentos
Telmo Tonolli	OAS Empreendimentos
Vítor Levindo Pedreira	OAS 13 Emp. Imob. SPE
Carlos Frederico G.Andrade	OAS Empreendimentos
Ana Maria Érnica	Ex-diretora da Bancoop
Vagner de Castro	Ex-presidente da Bancoop
Ivone Maria da Silva	Bancoop
Letícia Achur Antonio	Bancoop

PRÓXIMOS PASSOS

1. A juíza Maria Priscilla Oliveira, da 4ª Vara Criminal de SP, analisa se aceita o pedido de prisão preventiva. Não há prazo para isso

2. A juíza analisa também a denúncia contra o petista. Se aceitá-la, Lula torna-se réu

3. Caso se torne réu, Lula será julgado. Defesa e acusação apresentam provas e testemunhas. Ao final, a juíza determina uma sentença

Outros desdobramentos
A ação é decorrente de outro caso, de 2010, sobre desvios da Bancoop, que está em fase final de julgamento. Vaccari é réu

11 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

Pedido de prisão afronta a lei, afirmam especialistas

Para ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça, medida é um exagero

Associação de promotores de SP saiu em defesa de 'isenção e técnica' de autores de pedido contra Lula

O pedido de prisão preventiva do ex-presidente Lula por promotores do Ministério Público paulista despertou a crítica de juristas ouvidos pela **Folha**, que classificaram a medida como "exagerada".

O ex-ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Gilson Dipp destacou que para pedir a prisão de um investigado é preciso que haja o "mínimo de ação concreta mostrando que ele pode destruir provas, trazer risco à ordem pública ou fugir". Esse, porém, não configura o caso de Lula, segundo Dipp.

O ex-ministro também criticou as prisões preventivas e disse que esse pedido foi "um dos tantos exageros de prisões preventivas que ocorrem neste momento no Brasil".

O criminalista e professor da FGV Celso Vilardi considerou o ato "um verdadeiro absurdo" e disse que o pedido não tem nenhum fundamento na lei processual penal.

"O STF (Superior Tribunal Federal) já julgou que não se pode prever que o acusado destruirá provas. É preciso mostrar que ele tomou uma atitude concreta. A conjectura é ilegal e isso foi pacificado no Supremo há anos. A comoção social está pesando contra o réu", disse.

O jurista Ives Gandra Martins optou por falar "em tese" sobre o caso por não conhecer os autos, e afirmou que não vê fundamentação de um pedido de prisão preventiva com base no argumento de que Lula possa deixar o país.

"Tenho impressão de que esse risco é difícil, pois ele é conhecido. Os outros dois pressupostos da preventiva — possibilidade de destruir provas e provocar a ordem pública, é difícil avaliar.

A APMP (Associação Paulista do Ministério Público) divulgou uma nota de apoio aos promotores afirmando que a atuação deles é "pautada pela isenção e técnica".

Diz que promotores "são obrigados a propor a ação penal pública quando houver prova da materialidade e indícios de autoria de fatos criminosos —hipótese do presente caso— mandamento que se aplica independentemente de quem seja a pessoa do denunciado".

11 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

Ministério Público atua de forma parcial, ataca Lula

Petista decidiu centrar forças contra promotor Cássio Conserino, acusado de usar cargo para fins políticos

Em nota após a divulgação do pedido de prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nesta quinta-feira (10), a assessoria do petista classificou a atuação do Ministério Público de São Paulo de parcial.

Embora a denúncia contra Lula seja assinada por três promotores, o entorno do ex-presidente decidiu centrar forças contra o promotor Cássio Conserino.

O petista ditou o tom da estratégia assim que soube do pedido de prisão. Informado da decisão pelo presidente de seu instituto, Paulo Okamotto, ironizou, segundo relato de dois participantes da conversa: "Temos que pedir a prisão dele [Conserino] também".

O Instituto Lula pôs em prática a estratégia em nota divulgada no início da noite na qual afirma que Conserino "possui documentos que provam que o ex-presidente Lula não é proprietário nem do tríplex no Guarujá nem de sítio em Atibaia, e tampouco cometeu qualquer ilegalidade".

E acrescenta, atacando o promotor: "Mesmo assim, solicita medida cautelar contra o ex-presidente em mais uma triste tentativa de usar seu cargo para fins políticos".

O Instituto Lula diz ainda que Conserino "não é o promotor natural do caso". O Conselho Nacional do Ministério Público chegou a ser acionado pelo deputado federal Paulo Teixeira (PT-SP), na tentativa de afastar Conserino da investigação, mas o órgão decidiu manter o promotor no caso.

O advogado da família do ex-presidente, Cristiano Zanin Martins, disse que os argumentos defendidos na apresentação da denúncia são frágeis. "Não faz sentido atribuir o imóvel a um dono que nunca o usou e foi ao local duas vezes antes dele estar terminado para saber se teria interesse em ficar com ele", afirma.

A defesa de Lula aponta ainda que a apresentação da denúncia "confirma o conflito de atribuições" entre o Ministério Público de São Paulo e o Federal, no Paraná, que também investiga a relação de Lula com o tríplex.

Os dois órgãos são acusados pela defesa de investigarem os mesmos fatos, o que poderia caracterizar abuso. Os advogados de Lula recorreram ao STF (Supremo Tribunal Federal) para que apenas um dos investigadores continue na apuração, mas foram derrotados no pedido de liminar.

Em conversas com aliados, o ex-presidente disse que o vazamento da informação de que poderia assumir um ministério no governo Dilma Rousseff precipitou a decisão do Ministério Público, já que com o cargo ganharia direito a foro privilegiado e investigações contra ele teriam de passar ao STF.

No fim da tarde desta sexta, Lula reuniu dirigentes do partido em um hotel, no centro de São Paulo. Os movimentos sociais foram conclamados a ir às ruas.

O presidente do PT, Rui Falcão, engrossou o discurso de desqualificação do promotor e se disse confiante que a juíza não vá atender a "esse pedido tresloucado". Segundo ele, é um "medida midiática".

CITADOS

A defesa de Léo Pinheiro, sócio da OAS, afirmou que não vai se manifestar. O advogado Luiz Flávio Borges D'Urso, que defende o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, classificou como "absurdo" o pedido. "Vaccari saiu da presidência da Bancoop em 2010 e não tem nada a ver com o caso do tríplex que ocorre anos depois". As defesas dos demais citados não foram localizadas. **(CATIA SEABRA, THAIS ARBEX E BELA MEGALE)**

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Pega ladrão

11 MAR 2016

SÃO PAULO - Lula vai coroar sua trajetória política com uma temporada na cadeia? Difícil dizer. Há muitas e legítimas dúvidas em relação ao que seria o patrimônio pessoal do ex-presidente da República, mas não me parece que seja tão fácil provar por A+B que ele cometeu crimes mais sérios, como corrupção, tráfico de influência, ou lavagem de dinheiro, que poderiam render-lhe uma pena de prisão.

Os dois primeiros delitos, pelo menos em sua interpretação mais clássica, exigem que tenha havido promessas ou solicitações expressas de atos específicos. Algo do tipo, "se você me der tanto, eu faço isso". Entendimentos tácitos mais sutis, como "você me trata bem que eu lhe trato bem", que não precisam nem sequer ser articulados, não se enquadram tão claramente no tipo penal.

Registre-se que essas considerações não valem apenas para cortes de justiça. No tribunal interno da consciência, o cérebro também costuma recorrer a essa defesa de entrelinhas. "Se não exerci nenhum ato que beneficia diretamente a empresa X, que mal haveria em aceitar seus presentes?" Como nossas mentes se prendem a qualquer fiapinho de razão para justificar seus próprios atos, não me surpreende que o ex-presidente esteja se sentindo genuinamente perseguido pelas autoridades que agora o questionam acerca de sítios e triplex.

Seja Lula culpado ou inocente nos termos da lei, acho que dá para assumir que ele é réu confesso do delito moral de ter estabelecido uma relação promíscua com empreiteiras comprovadamente metidas em esquemas de corrupção. É verdade que o próprio Lula não confessou nada, mas seu "alter ego", o ex-ministro Gilberto Carvalho, já disse em alto e bom som que não vê nada de errado em aceitar presentes dessas firmas.

Hoje talvez seja mesmo normal, mas, se aplicássemos a régua ética usada pelo PT nos anos 80 e 90, teríamos de estar gritando "pega ladrão".

11 MAR 2016
FOLHA DE S. PAULO

Ainda o rito

Ao analisar recursos contra decisão que definiu regras para o impeachment, STF não terá motivos para mudar veredito de dezembro

O Supremo Tribunal Federal (STF) pretende julgar na próxima quarta-feira (16) os recursos apresentados contra a decisão da corte que fixou regras para o processo de impeachment de presidente da República. Já não era sem tempo.

Não que o Supremo tenha retardado além da conta a análise dos chamados embargos de declaração, peças judiciais pelas quais se solicitam esclarecimentos acerca de eventuais omissões, contradições ou obscuridades de uma decisão. Ao contrário, o prazo regimental para fazê-lo se esgotaria somente dentro de algumas semanas.

Ocorre que, como salientou o ministro Luís Roberto Barroso, a questão é urgente. "Não sou eu, não é o governo, não é a oposição, é o país que tem pressa", afirmou.

De fato, quanto antes o processo da presidente Dilma Rousseff (PT) seguir seu curso no Congresso, melhor. Pelo desenlace do impeachment, seja qual for seu resultado, há de passar a solução da crise política que deixa o país prostrado.

As discussões oficiais sobre o caso, contudo, estão bloqueadas desde dezembro, quando o STF anulou pontos centrais do rito defendido pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), presidente da Câmara.

Como consequência, os passos que haviam sido dados —como a criação de uma comissão especial para avaliar o pedido de impedimento— terminaram desfeitos. A Câmara poderá recomeçar a caminhada, agora observadas as regras estabelecidas pelo STF, depois que a corte analisar os embargos.

Num recurso apresentado mês passado, a Câmara argumenta que o Supremo interferiu no funcionamento do Legislativo; afirma ainda que as conclusões a que chegaram os ministros eram "errôneas, precipitadas e graves".

Com base no voto do ministro Barroso, formou-se maioria no STF a favor de três pontos que, embora tenham suscitado particular celeuma, guardam coerência com a história e com a Constituição.

Definiu-se que, a exemplo do ocorrido na época de Fernando Collor, em 1992, o Senado não está obrigado a instaurar o processo de impeachment após votação na Câmara. A esta cabe apenas autorizar o julgamento por parte dos senadores, que decidirão se o caso seguirá adiante.

Além disso, ficou estabelecido que a eleição para a comissão especial não comporta sufrágio secreto e chapa avulsa, para que se respeitem os princípios da transparência e da autonomia partidária.

É difícil imaginar que alguns parlamentares de fato esperem uma revisão dessas deliberações. Embora não seja recomendável, políticos até podem modificar suas ideias ao sabor das circunstâncias. Os ministros do STF, contudo, devem votar de acordo com a Constituição —e esta não mudou.

11 MAR 2016
FOLHA DE S. PAULO

STF perdoa penas de João Paulo e Delúbio no mensalão

Outros 7 dos 24 condenados que também pediram a absolvição da pena no escândalo devem ser beneficiados

MÁRCIO FALCÃO
DE BRASÍLIA

O Supremo Tribunal Federal concedeu ao ex-deputado João Paulo Cunha (PT-SP) e ao ex-tesoureiro do PT Delúbio Sores perdão das penas pela condenação no esquema de corrupção do mensalão.

Na sessão desta quinta (10), os ministros discutiram e admitiram o pedido de indulto natalino de João Paulo. Após o julgamento, o ministro Luís Roberto Barroso também aplicou o benefício a Delúbio. Outros sete dos 24 condenados que também pediram a absolvição da pena no escândalo devem ser beneficiados.

Os ministros entenderam que João Paulo se enquadra no indulto de natal, que foi assinado pela presidente Dilma Rousseff no final de 2015.

O indulto está previsto na Constituição e é tradicionalmente concedido pelo presidente da República no Natal e leva em consideração critérios que são pré-estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, ligado ao Ministério da Justiça.

Entre as normas para o perdão estão cumprimento da pena em regime aberto, condenação menor que oito anos, não reincidente e se reincidente, desde que tenha cumprido um quarto da pena.

Relator da execução das penas do mensalão, o ministro Luís Roberto Barroso afirmou que decidiu submeter o caso de João Paulo ao plenário porque o mensalão foi um caso "emblemático". Os ministros não fizeram considerações sobre o pedido e apoiaram a aplicação do indulto.

MEMÓRIA

Em 2012, em seu julgamento mais longo, o STF condenou 24 pessoas por participação no esquema que desviou dinheiro público para abastecer a compra de apoio político no Congresso no início do governo Lula.

Barroso vai decidir de forma monocrática os outros pedidos de concessão de indulto. Entre os que devem ser beneficiados, estão os ex-deputados Waldemar Costa Neto (PR-SP), Bispo Rodrigues (PR-RJ) e Roberto Jefferson (PTB-RJ). A Procuradoria-Geral da República já se manifestou favoravelmente ao perdão desses condenados.

11 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

Ministra do STF nega habeas corpus para lobista da Zelotes

APS afirma que anotações referentes a propina para parlamentares eram 'boatos'

DE BRASÍLIA

A ministra do STF (Supremo Tribunal Federal) Cármen Lúcia negou a concessão de habeas corpus ao lobista Alexandre Paes dos Santos, preso preventivamente na Operação Zelotes pela suposta prática dos crimes de tráfico de influência, corrupção, associação criminosa e lavagem de dinheiro.

A suspeita é de atuação no esquema de compra de medidas provisórias que beneficiariam o setor automotivo.

A ministra entendeu que o pedido não era viável porque o habeas corpus de APS, como é conhecido o lobista, ainda não foi julgado completamente pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça), que só negou liminar (decisão provisória) no caso, cabendo análise por colegiado do tribunal.

BOATOS

APS afirmou na terça-feira (8) à Justiça Federal que as anotações feitas por ele sugerindo propina a três senadores tratavam de "boatos".

Em depoimento, APS confirmou que fez a anotação, mas que se baseou em um boato e que nunca pagou.

Nas anotações, reveladas pela **Folha** no domingo (6), lê-se o número "45" e, ao lado, as seguintes referências: "15 - GA"; "15 - RC"; e "15 - RJ". Um laudo anexado ao inquérito atesta que o conteúdo foi escrito pelo lobista. Investigadores suspeitam de que se trate de pagamento de propina para Renan Calheiros (PMDB-AL), Romero Jucá (PMDB-RR) e Gim Argello (PTB-DF).

"Isso foi o boato que eu ouvi em São Paulo e fiz a anotação. (...) Ninguém pagou a esses parlamentares", afirmou.

FOLHA DE S. PAULO

11 MAR 2016

Servidora que adotar criança terá licença de até 180 dias

Decisão foi tomada nesta quinta pelo STF

O STF (Supremo Tribunal Federal) estabeleceu nesta quinta-feira (10) que a servidora pública que adotar uma criança terá direito aos mesmos direitos previstos para as que tiverem filhos.

Para os ministros, não há princípio constitucional que justifique estabelecer diferenças entre a licença-adotante e a licença-maternidade.

Agora, as servidoras terão direito à licença-adotante de até 120 dias, prorrogáveis por mais dois meses.

Segundo as regras do serviço público, a licença da mãe adotiva era de 30 dias prorrogáveis por mais 15, enquanto as mães biológicas têm direito a um afastamento do trabalho de 180 dias.

A situação do setor privado permanecerá a mesma, sendo que mães biológicas e adotantes têm direito de licença remunerada de 120 dias. O afastamento pode ser estendido caso a empresa faça adesão a um programa do governo de incentivos fiscais.

Os ministros discutiram o recurso de uma servidora que teve direito a 30 dias de licença —prorrogados por mais 15—, porque ela adotou uma criança de um ano.

"A chegada da criança produz substancial impacto na vida da mãe adotante. Será menos disponível para si mesma, para o trabalho, a vida social e a família e será muito mais demandada em casa", afirmou o ministro do STF Luís Roberto Barroso, relator da ação.

11 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

Gaeco prende auditor suspeito de exploração sexual

José Luiz Favoreto Pereira respondia pelo crime em liberdade desde outubro de 2015

Escândalo de exploração sexual de adolescentes veio à tona no dia 13 de janeiro do ano passado

Vítor Ogawa
Reportagem Local

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) cumpriu ontem mandado de prisão contra o auditor e ex-delegado regional da Receita Estadual em Londrina, José Luiz Favoreto Pereira, por envolvimento em casos de exploração sexual de adolescentes. A prisão foi determinada pelo Tribunal de Justiça, atendendo a um pedido do Ministério Público, impetrado na 6ª Vara Criminal de Londrina, que pediu a revogação do habeas corpus dele.

Ele já havia sido preso em março do ano passado e respondia em liberdade desde outubro de 2015. Favoreto não recebeu nenhuma condenação, no entanto, uma das vítimas, hoje com 20 anos, chegou a depor, na época em que o escândalo veio à tona, que ele a teria levado ao motel quando ela tinha apenas 14 anos. A defesa do auditor refuta essa tese e alega que a denúncia somente aconteceu depois de ameaça do fotógrafo Marcelo Caramori. O advogado de Caramori, Leonardo Vianna, informou que o motivo da prisão de Favoreto não tem qualquer relação com o seu cliente e que por isso não iria comentar o caso.

O delegado do Gaeco, Alan Flore, expôs que a ordem de prisão cumprida na manhã de ontem foi decretada na quarta-feira pelo Tribunal de Justiça do Paraná. "Ele foi preso em casa. Não houve reação e ele foi conduzido tranquilamente pelos policiais", destacou. O auditor foi encaminhado ao Centro de Triagem, no 4º Distrito Policial, na Avenida Dez de Dezembro, na zona leste.

Segundo a promotora da 6ª Vara Criminal de Londrina, Susana Lacerda, Favoreto teria contatado pessoas, entre elas o fotógrafo Marcelo Caramori, pedindo para contratar pessoas para destruir as provas da ligação dele com as vítimas de exploração sexual e as aliciadoras. "Essa pessoa apagaria os registros das conversas e destruiria o chip do telefone", destacou.

A promotora ressaltou que pretende peticionar nos autos para que a Justiça antecipe a audiência. "Agora o processo tem que ter andamento de réu preso. Eu estava aguardando o sucesso na prisão dele para fazer isso", declarou.

O advogado de Favoreto, Walter Bittar, alegou que a decisão é uma "retaliação a um pedido de adiamento (de audiência) feito por ele". Esse pedido foi deferido pelo desembargador. "Com a quantidade de audiências da (Operação) Publicano, tivemos que pedir o adiamento do julgamento", declarou.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

11 MAR 2016

EXTORSÃO

Outra prisão realizada ontem foi de Sandra Marques Cruvinel, acusada de extorquir um empresário, oferecendo mudar o seu depoimento sobre um empresário no caso de exploração sexual de adolescentes. O delegado Alan Flore afirmou que Sandra não chegou a conseguir o dinheiro, porque houve um comunicado por parte do empresário.

"A obtenção da vantagem não ocorreu, mas entendemos que o crime foi consumado, haja vista que a exigência teria sido feita. A princípio existem nos autos algumas informações de que esses valores seriam em torno de R$ 5 mil ou algo parecido, mas não chegou a ser definida uma quantia específica", declarou Flore. Sandra foi encaminhada ao 3º Distrito Policial de Londrina, no Jardim Bandeirantes (zona oeste).

O escândalo de exploração sexual de adolescentes veio à tona no dia 13 de janeiro do ano passado, quando o auditor da Receita Estadual, Luiz Antônio de Souza, foi preso em um motel na companhia de uma adolescente de 15 anos. Sandra foi detida no dia 3 de março do ano passado. Ela respondia em liberdade a acusações de favorecimento à prostituição e estupro de vulnerável. A reportagem tentou entrar em contato com o advogado dela, Otávio Takao Fujimoto, mas o celular permaneceu desligado durante todo o dia. **(Colaborou Celso Felizardo)**

11 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

Servidora tem licença em caso de adoção

Brasília - O Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu ontem que a servidora pública que adotar uma criança terá direito aos mesmos direitos previstos para as que tiverem filhos. Para os ministros, não há princípio constitucional que justifique estabelecer diferenças entre a licença-adotante e a licença-maternidade. Agora, as servidoras terão direito a licença-adotante de até 120 dias, prorrogáveis por mais dois meses. Segundo as regras do serviço público, a licença da mãe adotiva era de 30 dias prorrogáveis por mais 15 dias, enquanto as mães biológicas têm direito a um afastamento do trabalho de 180 dias.

A situação do setor privado permanecerá a mesma, sendo que mães biológicas e adotantes têm direito de licença remunerada de 120 dias. O afastamento pode ser estendido caso a empresa faça adesão a um programa do governo de incentivos fiscais.

Os ministros discutiram o recurso de uma servidora que teve direito a 30 dias de licença, que foram prorrogados por mais 15 dias, porque adotou uma criança de 1 ano. "A chegada da criança produz substancial impacto na vida da mãe adotante", disse o ministro Luís Roberto Barroso, relator da ação.

Mais de 9 mil fatos na Vara Maria da Penha

Viviani Costa

Reportagem Local

A Vara Maria da Penha em Londrina (6ª Vara Criminal), que acumula casos relacionados aos crimes contra crianças e adolescentes, crimes contra idosos e crimes dolosos contra a vida, possui um total de 9.045 fatos, e não apenas cerca de 2 mil como informado na edição da FOLHA da última terça-feira.

Do total, 2.087 são ações penais sem sentença, 2.137 inquéritos policiais, 2.163 medidas protetivas, 1.521 procedimentos referente a outros incidentes, 137 execuções penais, além de 1.100 processos em cumprimento após a sentença.

Apesar do número de funcionários reduzido e do acúmulo de processos, a Vara Maria da Penha conta com o apoio de outros órgãos e de programas para fortalecer o combate à violência contra a mulher como a Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, o Núcleo Maria da Penha, o Grupo Basta e a Patrulha Maria da Penha.

Várias atividades estão sendo oferecidas durante a 24ª Semana Municipal da Mulher. Amanhã será realizada uma oficina sobre Direitos Reprodutivos, das 9h às 17h, no Sindicato dos Bancários e exames preventivos de câncer ginecológico nas unidades básicas de saúde. A programação completa está disponível no link da Secretaria Municipal da Mulher no site da Prefeitura de Londrina www.londrina.pr.gov.br.

11 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Delação

Com a prisão de Viviane Lopes de Souza, irmã de Eduardo Lopes de Souza, dono da Valor, que está preso, é possível que haja delações premiadas na "Quadro Negro" que teve o seu primeiro caso de desvio em Bituruna, domínio político de Valdir Rossoni. Aliás, seu sucessor na Assembleia, Ademar Traiano, já está citado no processo que pega gente do Tribunal de Contas também.

Reverteu

O processo que beneficiaria servidores do Judiciário com atrasados milionários foi detido por ação da Procuradoria Geral do Estado, graças a um ato derradeiro em rescisória que deu ganho ao governo estadual. Rescisórias têm salvo o governo de situações bem embaraçosas, especialmente, em casos de "grilagem" de terras.

Ainda Derosso

O Tribunal de Contas tascou outra decisão em cima dos desvios publicitários da gestão Derosso na Câmara Municipal de Curitiba e cobra devolução de R$ 872 mil de cinco vereadores. Quando João Claudio comandava a Câmara, como seu presidente em 15 anos, nada levantaram contra ele, o que só ocorreria quando ficaram claros os desvios dele e da então esposa na área de propaganda.

INFORME

STF perdoa João Paulo Cunha

O Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu ontem ao ex-deputado João Paulo Cunha (PT-SP) perdão de sua pena pela condenação no esquema de corrupção do mensalão. A decisão abre brecha para que outros oito dos 24 condenados que também pediram ao STF a absolvição da pena no escândalo também sejam beneficiados. Os ministros entenderam que João Paulo se enquadra no indulto de natal, que foi assinado pela presidente Dilma Rousseff no final de 2015. Os ministros não fizeram considerações sobre o pedido e apoiaram a aplicação do indulto. Em 2012, em seu julgamento mais longo, o STF condenou 24 pessoas por participação no esquema que desviou dinheiro público para abastecer a compra de apoio político no Congresso no início do governo Lula. Na época do desvio, João Paulo era presidente da Câmara. Ele foi condenado a seis anos e quatro meses de prisão e pagou multa de R$ 909 mil.

FOLHA DE LONDRINA

O PT e a Justiça

11 MAR 2016

O que há alguns anos parecia tato impossível, agora está cada dia mais perto. Ontem, promotores do Estado de São Paulo pediram a prisão preventiva do ex-presidente Lula juntamente com a denúncia apresentada sobre o tríplex em Guarujá (litoral de São Paulo), que teria sido preparado para a família do petista. A alegação é que a prisão é necessária para garantir a "ordem pública, a instrução do processo e a aplicação da lei penal". Ainda há o apontamento de que o ex-presidente pode destruir provas e agir para evitar determinações da Justiça.

Em afirmações a pessoas próximas, Lula avalia que o vazamento da notícia do convite para assumir um ministério no governo Dilma Rousseff (PT) teria precipitado o pedido de prisão. Caso assuma uma pasta, ele teria foro privilegiado e, portanto, não poderia ser investigado pela justiça comum. A manobra, além de ter provocado indignação em boa parte dos brasileiros, parece não ter dado certo. Se assumir uma cadeira no governo Dilma ficará claro a todos que Lula tem medo das investigações e, por consequência, de parar na cadeia.

Agora, é preciso acrescentar que a reação da população contra a condução coercitiva aplicada pela Polícia Federal a Lula ficou aquém do que os petistas queriam. As declarações públicas ocorreram mais no sentimento de discutir a legalidade do ato e não de defesa ao ex-presidente. É preciso que Lula, Dilma e os petistas investigados na Operação Lava Jato tirem a carapuça de vítima e passem a apresentar provas de que não são responsáveis pelos desvios bilionários na Petrobras e que não houve qualquer enriquecimento ilícito. Seria mais produtivo à nação.

Enquanto essa questão política não for resolvida o País continuará nessa letargia, em compasso de espera. O mercado financeiro se antecipa a cada movimentação e dá sinais claros de qua a saída do PT do poder melhorará os indicadores econômicos-financeiros, como já vem ocorrendo. Portanto, a perspectiva da presidente terminar seu mandato é muito negativa. Hoje parece improvável, mas sempre é preciso lembrar que a população tem que manifestar, tem que participar mais da vida pública do País.

11 MAR 2016

GAZETA DO POVO

MP pede prisão de Lula e acirra tensão política às vésperas de protesto nacional

Promotores alegam que detenção é necessária para garantir "a ordem pública". Ex-presidente recusa convite de Dilma para assumir Casa Civil e ganhar foro privilegiado

Em decisão inédita na história recente do país, o Ministério Público de São Paulo pediu a prisão preventiva de um ex-presidente da República. Luiz Inácio Lula da Silva foi denunciado quarta-feira (9) como suspeito dos crimes de ocultação de patrimônio e falsidade ideológica, no caso do triplex em Guarujá, no litoral paulista. A solicitação de prisão ocorre às vésperas do protesto nacional contra o governo da presidente Dilma Roussef, marcado para o próximo domingo (13)

Para blindar Lula e lhe dar foro privilegiado, Dilma ofereceu ao antecessor o cargo de ministro-chefe da Casa Civil. Líderes petistas que estavam reunidos com o ex-presidente, em São Paulo, incentivaram-no a aceitar o convite, assim que a notícia sobre a prisão preventiva chegou à reunião. Mas, após os ânimos serenarem, avaliou-se também que ele não deveria aceitar, pois não poderia fugir da polícia. "Isso seria jogar a biografia dele no lixo", comentou um interlocutor.

Na denúncia, os promotores Cássio Conserino, José Carlos Blat e Fernando Araújo escreveram ser "imprescindível o decreto da prisão preventiva, em razão da conveniência da instrução criminal" e por entenderem que Lula poderá "movimentar sua 'rede' violenta de apoio, para evitar que o processo crime que se inicia tenha seu curso natural". A decisão sobre a prisão e o recebimento da denúncia está nas mãos da juíza Maria Priscilla Ernandes Veiga Oliveira, da 4.ª Vara Criminal da capital. Não há prazo para o parecer.

O gesto presidencial de se abalar até São Bernardo do Campo (SP), no sábado (5), para prestar solidariedade a Lula foi mal recebido pelos promotores de São Paulo, que mostraram preocupação com o fato de a presidente da República sair em defesa do denunciado. Além de Lula, também tiveram prisão preventiva pedida o o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, o ex-presidente da construtora OAS Léo Pinheiro e outras quatro pessoas.

"Banalização"

Em nota, o advogado de Lula, Cristiano Zanin Martins, disse que a fundamentação da denúncia revela uma "banalização do instituto da prisão preventiva" e busca "amordaçar um líder político, impedir a manifestação do seu pensamento e até mesmo o exercício de seus direitos".

CONTINUA

GAZETA DO POVO
CONTINUAÇÃO

11 MAR 2016

"O nosso calendário é judicial, pouco importando se este ou aquele procedimento tenha repercussão política ou social."

José Carlos Blat, promotor de Justiça, negando que a investigação tem motivação política.

"Do alto de sua condição de ex-autoridade máxima do país, o denunciado jamais poderia inflamar a população a se voltar contra investigações criminais a cargo do Ministério Público, da polícia, tampouco contra decisões do poder Judiciário."

Trecho da denúncia assinada pelos promotores Fernando Araújo (foto), José Blat e Cássio Conserino.

"Enquanto o apartamento diz respeito [ao MP estadual], o que tem dentro do apartamento e o sítio de Atibaia pertencem ao MPF e a bem-sucedida Operação Lava Jato."

Cassio Conserino, promotor de Justiça, diferenciando a investigação do MP-SP do da Lava Jato.

CONTINUA

11 MAR 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

RAZÕES PARA O PEDIDO

O que dizem os promotores na denúncia contra Lula:

ORDEM PÚBLICA

"Do alto de sua condição de ex-autoridade máxima do país, o denunciado Luiz Inácio Lula da Silva jamais poderia inflamar a população a se voltar contra investigações criminais a cargo do Ministério Público, da Polícia, tampouco contra decisões do Poder Judiciário. E foi isso que o denunciado fez, valendo-se de toda sua 'força político-partidária', ao convocar entrevista coletiva após ser conduzido coercitivamente para ser ouvido em etapa da Lava Jato".

ATAQUE ÀS INSTITUIÇÕES

"Revelou conduta que fragiliza o sistema de Justiça e põe em xeque o estado democrático de direito. (...) Ao expor em sua entrevista coletiva evidente intenção de ataque, igualmente refletida nas palavras de baixo calão nada respeitosas gravadas em um vídeo público, sua ira contra as instituições do sistema de Justiça leva todo e qualquer cidadão a se sentir no mesmo e igual direito de fazê-lo".

INSTRUÇÃO CRIMINAL

"O denunciado se vale de sua condição de ex-presidente da República para se colocar 'acima ou à margem da lei'. Assim é que deseja 'ser convidado' para ser ouvido; deseja 'escolher' quem poderá investigá-lo; decide se seus familiares poderão ou não sofrer investigações, etc, etc. Além disso, o denunciado se vale de sua força político-partidária para movimentar grupos de pessoas que promovem tumultos e confusões generalizadas, com agressões a outras pessoas, com evidente cunho de tentar blindá-lo do alvo de investigações e de eventuais processos criminais, trazendo verdadeiro caos para o tão sofrido povo brasileiro. (...)

PRESIDENTE DILMA

"Causou surpresa saber pela imprensa que no dia 5 de março de 2016 a mesma presidente da República embarcou para o município em que o denunciado reside para prestar apoio a ele, valendo-se de meios públicos, e não privados, de transporte (...)"

SAÍDA DO PAÍS

"Necessário que seja segregado cautelarmente, pois sabidamente possui poder de ex-presidente da República, o que torna sua possibilidade de evasão extremamente simples".

11 MAR 2016
GAZETA DO POVO

Os efeitos nas ruas do pedido de prisão

Chico Marés, Catarina Scortecci, Diego Ribeiro e Katna Baran, com agências

Às vésperas das manifestações contra o governo Dilma Rousseff (PT) pelo país, marcadas para domingo (13), o pedido de prisão feito pelo Ministério Público de São Paulo contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pode acirrar ainda mais os ânimos. "Não há uma evidente urgência nessa prisão. E estamos num cenário extremamente delicado, às vésperas de manifestações, onde a detenção do ex-presidente pode ser mais ameaçadora da ordem do que a sua liberdade", diz o professor de Direito Penal da UFF e do Ibmec-RJ Taiguara Souza. É possível que haja manifestações favoráveis ao governo no mesmo dia em pontos do país. Curitiba, porém, não está na lista.

O CENÁRIO

Inicialmente, o PT chamou manifestações para o dia 13, após a condução coercitiva de Lula dentro da Lava Jato. Em São Paulo, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) chegou a vetar a realização de uma manifestação pró-Dilma na Avenida Paulista, alegando temer o confronto com os protestos marcados anteriormente por movimentos a favor do impeachment.

O PT voltou atrás a pedido do Palácio do Planalto — que temia um "banho de sangue". Entretanto, após isso ocorrer, o Ministério Público de São Paulo (MP-SP) ofereceu denúncia e pediu a prisão preventiva de Lula.

Para o cientista político Luiz Domingos Costa, do grupo Uninter, o pedido, por si só, aumenta o risco de violência para o próximo domingo. "O pedido do Ministério Público é um discurso político, que pode fomentar o discurso contrário e favorável. O clima deve piorar muito", diz. Atos pró-Dilma não estão previstos para Curitiba.

Para ele, há três cenários possíveis: o primeiro, e mais grave, é caso Lula seja de fato preso. O segundo é caso não haja uma definição até domingo — não há prazo para a Justiça se manifestar a respeito. Nesses dois casos, é provável que o pedido estimule manifestações de militantes pró-governo e possibilite eventuais embates. Caso o pedido seja rejeitado, a possibilidade de confrontos é menor — visto que as chances de protestos pró-Lula diminuem. "Ainda assim, isso não deixa de jogar água no moinho", diz.

Protestos

Os movimentos do domingo pedem o fim do governo Dilma Rousseff (PT), o fim da corrupção e apoiam as investigações da Lava Jato. A mais nova bandeira dos movimentos é impedir uma possível nomeação de Lula ao cargo de ministro. No Paraná, outras 11 cidades têm manifestações marcadas para a data. Em Curitiba, a concentração está marcada para as 14 horas, na Praça Santos Andrade, Centro.

CONTINUA

ATO ÚNICO EM CURITIBA

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) informaram, por meio de suas assessorias de imprensa, não terem manifestações marcadas para Curitiba no domingo (13), dia em que haverá protestos pelo impeachment de Dilma Rousseff em todo o país. A Polícia Militar confirmou não ter recebido, até a noite de quinta-feira (10), pedido destes ou de qualquer outro grupo para a realização de manifestações de rua em apoio à petista. As três informações se contrapõem ao estado de alerta da Polícia Federal, que vinha monitorando o risco de violência caso grupos pró e contra impeachment tivessem manifestações de rua no mesmo dia. A CUT até chegou a programar atos para o domingo em todas as capitais. Em Curitiba, o ato seria na Praça Santos Andrade, três horas depois do protesto fora Dilma marcado para o mesmo local. O comando nacional da Central, porém, determinou que os diretórios estaduais remarcassem os atos para 18 e 31 de março. A medida foi seguida pelo diretório paranaense.

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

11 MAR 2016

O IMPACTO

No Congresso Nacional, parlamentares da oposição e também da base aliada reconhecem que as manifestações marcadas para domingo (13) podem ter peso nos rumos do processo de impeachment contra Dilma Rousseff (PT) na Câmara dos Deputados. É o segundo protesto desde a deflagração do impeachment na Casa, no início de dezembro.

Naquele mês, as manifestações contra o governo atraíram menos gente, na comparação com os demais protestos ocorridos ao longo de 2015. Agora, combalido pelos últimos desdobramentos da Lava Jato, o Planalto volta sua atenção para as ruas. A preocupação ocorre porque, embora distantes do processo formal em curso na Câmara, os movimentos de rua influenciam o comportamento dos parlamentares, que votarão abertamente no plenário sobre o impeachment.

O analista político do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), Antônio Augusto de Queiroz, chama a atenção ainda para o fato de a manifestação ocorrer em um momento de "infidelidade partidária" autorizada. Ele se refere à "janela partidária", que fica aberta até o dia 19. "A manifestação será um referencial para as bancadas partidárias. Se houver um protesto robusto, haverá reflexo imediato na governabilidade, porque aquele parlamentar que está em um partido no qual ele sabe que não pode votar contra o impeachment, por exemplo, vai ter permissão para trocar de partido", observa ele.

Questionado sobre qual seria o impacto no Congresso se as manifestações tiverem baixa adesão, o analista conclui que "um eventual fracasso não vai ter o condão de dar gás à oposição no processo de impeachment", mas acrescenta que o debate entre defensores da permanência de Dilma e aqueles que desejam a destituição da petista "certamente se acirraria". "Eu acho que o ambiente no Congresso Nacional pode ficar hostil, pode virar um ambiente de guerra", acredita ele.

Moro diz que se sente na "obrigação" de pedir por calma, já que "ultimamente é uma voz ouvida".

O ALERTA

O juiz federal Sergio Moro pediu "calma e serenidade" aos manifestantes que devem ir para as ruas de todo o Brasil no domingo (13). Ele participou na noite de quinta-feira (10) de uma palestra para cerca de 2 mil pessoas, na Federação das Indústrias do Paraná (Fiep).

"Uma característica muito lembrada do brasileiro é a sua simpatia. São compreensíveis as angústias e reclamações, diante do contexto econômico, político, do noticiário policial de cada dia, mas é importante que isso seja desenvolvido sem violência, que as manifestações previstas para os próximos dias, sejam elas contrárias ou favoráveis ao governo, sejam conduzidas com calma e serenidade", disse. Moro ressaltou ainda que sua função como juiz não seria a de alertar sobre a postura dos manifestantes, mas que se sente na "obrigação" de pedir por calma, já que "ultimamente é uma voz ouvida". "Dentro de uma democracia, não existe nós e eles, existe nós apenas, somos todos o mesmo povo, ainda que tenhamos divergência de opinião."

GAZETA DO POVO 11 MAR 2016

'Pedido de prisão foge à normalidade', afirmam políticos da oposição

Integrantes do PSDB e do DEM não viram com bons olhos o pedido de prisão preventiva feito pelo Ministério Público de São Paulo e criticaram a medida

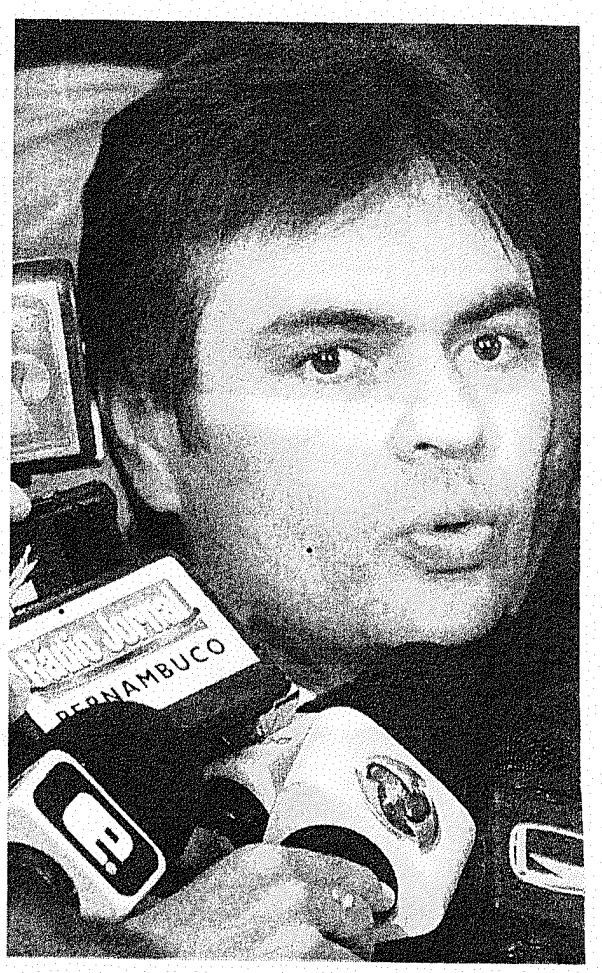
BRASÍLIA
Folhapress

A oposição decidiu não referendar de pronto o pedido de prisão preventiva do ex-presidente Lula feito pelo Ministério Público de São Paulo. Para o vice-presidente nacional do PSDB e coordenador jurídico da legenda, o deputado Carlos Sampaio (SP), a medida "é inusual" e não tem embasamento jurídico sólido.

"Não é uma conduta usual fazer a denúncia e pedir a prisão do investigado", afirmou. "Isso foge à normalidade. [Lula] ser processado é correto. Mas não é porque temos divergências que vou querer para ele algo diferente do que quero para qualquer cidadão", disse o deputado, que é promotor público de carreira.

Em nota, o líder do PSDB no Senado, Cássio Cunha Lima (PB), também condenou a ação. "Não estão presentes os fundamentos que autorizam o pedido de prisão preventiva, até porque o Ministério Público Federal e a Polícia Federal fizeram buscas e apreensões muito recentemente buscando provas".

"Vivemos um momento incomum na vida nacional. É preciso ter prudência."



Cássio Cunha Lima (PSDB-PB): o senador criticou o MP de SP.

O presidente nacional do DEM, senador Agripino Maia (RN) também não celebrou a medida do Ministério Público. "O momento é de extrema tensão e é preciso ter moderação, equilíbrio e confiança nas instituições."

Nos bastidores, os principais articuladores da oposição afirmam que, um pedido de prisão preventiva de Lula sem "bases sólidas" seria, nesse momento, um desserviço. Segundo esse raciocínio, a nova ofensiva contra Lula pode inflamar ainda mais a militância petista.

PERSEGUIÇÃO

Alvo da Lava Jato na semana passada – quando por ordem do juiz Sérgio Moro foi conduzido coercitivamente a depor – Lula disse ter se sentido "prisioneiro" e a oposição viu nesse discurso uma tentativa de vitimização. Nesse cenário, dizem auxiliares da cúpula tucana, a ação do MP-SP pode alimentar a tese de que há perseguição a Lula por parte da Justiça e dar fôlego ao discurso do petista de que ele é, na verdade, alvo de uma cruzada política para impedir sua candidatura à Presidência em 2018.

11 MAR 2016

GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA

Lava Jato lava a alma do país

O jornalista e âncora do Jornal da Globo, William Waack, arrancou aplausos da plateia, formada em sua maioria por empresários, ao dizer que Curitiba é hoje o Centro Cívico do país, referindo-se à sede da Operação Lava Jato. Waack participou ontem à tarde do 2º Fórum Transparência e Competitividade na Federação das Indústrias do Paraná, que lotou o Centro de Convenções Horácio Sabino Coimbra. O evento, encerrado pelo juiz Sergio Moro, teve como tema "Um mercado ético está em nossas mãos".

Lava Jato lava a alma do país 2

William Waack fez vários elogios à Lava Jato em sua palestra "Impacto da corrupção na competitividade das empresas", mas disse que a operação, por si só, não basta para frear a corrupção. "É preciso um consenso social", disse. Para o jornalista e cientista político, ir pras ruas no domingo "decide pra caramba". Waack voltou para o Rio de Janeiro no voo das 18 horas para poder apresentar o Jornal da Globo.

Estrela

A cena se repetiu. O juiz Sergio Moro foi recebido de pé, com aplausos, ao chegar ao Centro de Convenções da Fiep para a palestra de encerramento do 2º Fórum Transparência e Competitividade. Ao entrar no recinto, foi cercado pelos presentes em busca de fotos e apertos de mão. Na véspera, ele já havia sido bastante aplaudido ao ter seu nome anunciado no jantar do Lide Paraná, no Castelo do Batel. O tema da palestra de Moro, ontem, foi "Um mercado ético está em nossas mãos".

Nem meio grávida, nem meio honesto

"Honestidade é como gravidez. Não existe graduação de honestidade". A frase foi dita pelo juiz Sergio Moro na palestra que deu no jantar do Lide Paraná na noite de quarta-feira, no Castelo do Batel. Segundo o magistrado, as empresas denunciadas por corrupção deveriam reconhecer que erraram e afastar seus executivos envolvidos. Citou como exemplo a atitude da Volkswagen no escândalo da adulteração de motores, que admitiu o erro e propôs indenizar os consumidores. Moro também disse que espera concluir a Operação Lava Jato neste ano e que depois vai tirar "longas férias". "Senão ela acaba comigo", afirmou, rindo.

GAZETA DO POVO 11 MAR 2016

ROSANA FELIX

É impossível a Lava Jato ser unanimidade

Setores da esquerda já tinham algumas restrições à Operação Lava Jato. Agora que ela mexeu coercitivamente com Lula, então, a grita aumentou. Acontece que também há setores independentes, neutros, que veem com ressalvas a operação.

E daí? Algum risco às investigações? A princípio não. O próprio juiz Sergio Moro já vislumbrava essas dificuldades. Como ele repete exaustivamente, sua inspiração é a Operação Mãos Limpas, grande cruzada judicial contra a corrupção na Itália no início dos anos 1990. "Na verdade, é ingenuidade pensar que processos criminais eficazes contra figuras poderosas, como autoridades governamentais ou empresários, possam ser conduzidos normalmente, sem reações", escreveu em seu famoso artigo de 2004.

Dez anos após analisar a operação Mãos Limpas, Moro virou herói nacional com a Lava Jato. O superpoder dele é a experiência: está tarimbado pelos erros, acertos e dificuldades encontradas ao longo das investigações das contas CC5 do Banestado, o escândalo nacional dos anos 1990. Também participou do julgamento do mensalão, como assistente da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber.

A condução coercitiva de Lula gerou uma onda extra de indignação, não restrita a petistas. Juristas, alguns inclusive críticos notórios do ex-presidente, também se levantaram contra a ação. Qualquer pessoa está sujeita a erros e exageros. Se Moro errou, isso o tempo dirá. Mas seu histórico sinaliza que ele tinha elementos suficientes para fazer o que fez.

Moro, ainda em 2004, dizia que a ação judicial precisa contar com o apoio da opinião pública. "Somente investigações e ações exitosas podem angariá-la. Daí também o risco de divulgação prematura de informações acerca de investigações criminais. Caso as suspeitas não se confirmem, a credibilidade do órgão judicial pode ser abalada", escreveu.

Teria Moro trocado os pés pelas mãos, colocando em risco a credibilidade da operação?

De todo modo, a controvérsia da condução coercitiva, ao contrário de prejudicar a Lava Jato, pode contribuir.

Na Itália, a operação visou políticos da direita (Democracia-Cristã) como os da esquerda (Partido Comunista). Juntos, fizeram grande oposição às investigações. Mas que foram benéficas, observou Moro: "O processo de deslegitimação foi essencial para a continuidade da operação Mani Pulite. Não faltaram tentativas do poder político interrompê-la".

O juiz paranaense então narra algumas atitudes tomadas por diferentes governos e as consequentes reações populares. A força da opinião pública conseguiu derrubar propostas que prejudicariam investigações contra a corrupção.

Porém,...

... a Mãos Limpas não conseguiu frear a corrupção na Itália. E, em 2014, 20 anos após a deflagração da operação, jornais italianos publicaram que ela ainda é motivo de discórdia.

Se 20 anos se passaram e os italianos ainda se dividem quanto as motivações e impacto da Mãos Limpas, que dirá de nós, no meio do furacão da Lava Jato?

É impossível que a operação seja unanimidade. Essa divergência existe e continuará existindo, isso é fato.

Carreira política

Outra lição da Mãos Limpas: o juiz mais famoso da operação foi Antonio Di Pietro. Dois anos depois do fim da operação, ele se lançou na política. Foi ministro por duas vezes, senador entre 1997 e 2001, deputado entre 2006 e 2013. Nada de brilhante. Desde 2014 fala em disputar a prefeitura de Milão em 2016, mas está sem partido e, concorrendo de forma independente, tem poucas chances de vitória, dizem jornais italianos. Nos comentários, as pessoas perguntam: por que Di Pietro não permaneceu fazendo o bem como juiz?

Se 20 anos se passaram e os italianos ainda se dividem quanto as motivações e impacto da Mãos Limpas, que dirá de nós, no meio do furacão da Lava Jato?

11 MAR 2016

GAZETA DO POVO

PAIXÃO

11 MAR 2016

GAZETA DO POVO

STF concede indulto das penas de João Paulo Cunha e Delúbio

O Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu na quinta-feira (10) o perdão da pena do ex-deputado petista João Paulo Cunha e do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, ambos condenados no mensalão. Os benefícios têm como base o decreto presidencial de indulto de Natal, assinado pela presidente Dilma Rousseff em 2015. João Paulo recebeu o perdão do plenário da Corte. O ministro Luís Roberto Barroso, relator no Supremo no mensalão, concedeu o perdão da pena ao ex-tesoureiro do PT. A mesma decisão deve ser aplicada a outros seis condenados no mensalão, que também pediram o perdão da pena ao STF. São eles os ex-deputados Roberto Jefferson (PTB-RJ), Valdemar Costa Neto (PR-SP), Romeu Queiroz (PMB-MG), Pedro Henry (PP-MT), Bispo Rodrigues (PR-RJ), além do ex-vice-presidente do Banco Rural Vinícius Samarane e do advogado Rogério Tolentino.

Marqueteiro do PT quer investigações longe de Sergio Moro

A defesa de João Santana pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a anulação da prisão do marqueteiro no âmbito da Operação Lava Jato na quinta-feira (10), e também para que o seu caso seja julgado pela Corte. "O presente procedimento não se destina a apurar delitos comuns. Muito ao revés, trata de apurar a ocorrência de possíveis crimes eleitorais, que envolvem, ao que tudo indica, autoridades detentoras de prerrogativa de foro", diz a peça protocolada pelos advogados Fábio Tofic Simantob e Maria Jamile. O pedido tem como objetivo tirar as investigações contra o marqueteiro das mãos do juiz Sergio Moro, responsável pela Lava Jato em Curitiba. Santana e sua mulher, Mônica Moura, foram presos no dia 23 de fevereiro. O inquérito investiga supostos pagamentos de US$ 3 milhões ao marqueteiro pela Odebrecht em paraísos fiscais.

11 MAR 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

LULA LÁ?

Ministério Público de São Paulo pediu a prisão do ex-presidente e mais quatro por suspeita de lavagem de dinheiro no caso do tríplex do Guarujá.

CERCO SE FECHANDO

Promotores de São Paulo pedem prisão preventiva de Lula e mais 4 por lavagem de dinheiro

O Ministério Público de São Paulo pediu a prisão preventiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ontem. A requisição foi feita na denúncia protocolada contra ele, sua mulher e seu filho, Fábio Luiz Lula da Silva. Além de Lula, foi pedida a prisão preventiva do ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto e do empreiteiro Léo Pinheiro, da OAS, e de outros dois investigados do caso Bancoop. É a primeira vez que o Ministério Público pede a prisão do ex-presidente, acusado de lavagem de dinheiro e falsidade ideológica ao supostamente ocultar a propriedade do tríplex, registrado em nome da OAS. O promotores querem autorização judicial - se for decretada a prisão preventiva do ex-presidente , pra "fixar a data pra execução e cumprimento dos mandados, inclusive com uso de força policial, caso necessária". O pedido de prisão será analisado pela juíza Maria Priscilla Ernandes, da 4.ª Vara Criminal da capital paulista. A juíza não tem prazo pra tomar a decisão. O processo tem 102 páginas e a decisão deve demorar alguns dias pra ser proferida. A Promotoria detalha as suspeitas levantadas ao longo das investigações que ouviram mais de 20 testemunhas, incluindo engenheiros responsáveis por reformas no imóvel e até zeladores do edifício Solaris. Lula apresentou sua defesa por escrito no inquérito da Promotoria. O petista afirma que não é o dono do tríplex. Os promotores destacaram que outros imóveis, no mesmo condomínio Solaris, estão sob investigação, inclusive um que seria do ex-tesoureiro do PT, João Vaccari Neto.

PLANALTO

O Palácio do Planalto recebeu com preocupação o pedido de prisão e considerou que foi expedido como reação à possibilidade de Lula assumir um cargo na Esplanada dos Ministérios, o que daria foro privilegiado ao petista. A avaliação é de que o pedido do MP-SP é "exagerado" e se baseia em elementos e provas "frágeis". A aposta é de que o mandando de prisão não será concedido pela Justica.

11 MAR 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

TJ-PR decide prender auditor acusado de exploração sexual

O auditor fiscal José Luiz Favoretto foi preso pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) em Londrina, no norte do Paraná, na manhã desta quinta-feira (10). De acordo com o delegado Alan Flore, a prisão foi determinada pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) após reformular uma decisão concedida em primeira instância.

Favoretto também é réu na Operação Publicano

José Luiz Favoretto é um dos réus do processo movido pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR) que investiga uma rede de prostituição de menores que atua na cidade. Há seis meses, Favoretto deixou a prisão e usa uma tornozeleira eletrônica de monitoramento. O auditor ainda é réu na Operação Publicano, que investiga um esquema de corrupção dentro da Receita Estadual.

JORNAL DO ÔNIBUS 11 MAR 2016

MP de São Paulo pede prisão de Lula

Ex-presidente é acusado de atentar contra ordem pública

O Ministério Público do Estado de São Paulo pediu a prisão preventiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de outras seis pessoas. Os promotores Cássio Conserino, José Carlos Blat e Fernando Henrique Moraes de Araújo apresentaram denúncia contra Lula alegando que o ex-presidente cometeu crimes de lavagem de dinheiro – na modalidade ocultação de patrimônio – e falsidade ideológica sobre o apartamento triplex, em Guarujá (SP). Os promotores detalharam hoje (10) a denúncia.

Na denúncia, Cássio Conserino, José Carlos Blat e Fernando Henrique Moraes de Araújo afirmam que existem "exaustivos argumentos" contra os acusados. No pedido encaminhado à 5ª Vara Criminal de São Paulo, os promotores ressaltam que a prisão preventiva poderá ser decretada "quando houver prova da existência de crime e indício suficiente de autoria". "A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria", diz o documento.

Líder do PSDB diz que faltam 'fundamentos' para prisão

Após o Ministério Público de São Paulo pedir a prisão preventiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o líder do PSDB no Senado, Cássio Cunha Lima (PB - foto), divulgou nota na noite desta quinta-feira (10) na qual afirma que os fundamentos para um pedido de prisão preventiva "não estão presentes" na denúncia apresentada.

Ele disse ainda que é preciso "ter prudência" ao analisar o pedido. O pedido de prisão de Lula está na denúncia apresentada pelo MP-SP que acusa o ex-presidente de esconder que é dono de um apartamento triplex em Guarujá, no litoral de São Paulo. A defesa de Lula nega que ele seja proprietário do imóvel.

11 MAR 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Notas Políticas

Perdão a Delúbio

O ministro Luis Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu ontem (10) perdão de pena ao ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, condenado a seis anos e oito meses em regime semiaberto na Ação Penal 470, o processo do mensalão, em 2013. Com a decisão, Delúbio recebe perdão do restante da pena e não deve mais nada à Justiça.

Cunha também está livre

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu indulto de pena ao ex-deputado federal João Paulo Cunha, condenado em 2013 na Ação Penal 470, o processo do mensalão. Cunha foi condenado a seis anos e quatro meses de prisão e, atualmente, cumpre prisão em regime aberto. Com a decisão, o ex-parlamentar recebe perdão do restante da pena e não deve mais nada à Justiça.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Depositário judicial pode reter bem apreendido até ter despesas pagas

11 MAR 2016

O responsável por armazenar bem apreendido pela Justiça tem o direito de receber pelo trabalho prestado e de ser ressarcido pelas despesas que arcou ao exercer a atividade. O entendimento é da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial proposto por um armazém que buscava o direito de reter soja depositada judicialmente até o pagamento dos valores devidos.

A apreensão da soja foi determinada em duas ações, uma cautelar de arresto e outra de execução entre duas empresas. A decisão determinou o depósito de 7,5 mil sacas de soja no armazém. Porém, durante a tramitação do processo, houve acordo entre as partes, no qual os executados reconheceram a integralidade do débito e solicitaram permissão para remover a soja.

Foi informado, ainda, que as custas finais ficariam a cargo dos executados. No preparo da remoção, o armazém pediu judicialmente que o proprietário da soja pagasse a taxa de armazenagem e, como garantia, que 3.146 sacas ficassem retidas até que o pagamento. O pedido foi feito com base no artigo 644 do Código Civil.

O pedido foi concedido em primeira instância, mas a decisão acabou reformada pelo Tribunal de Justiça estadual, que determinou a liberação integral do produto. A corte argumentou que as despesas com o armazenamento passaram a ser dos executados, e não do proprietário da soja.

Segundo o acórdão, o depósito tratado no artigo 148 do Código de Processo Civil não se submete às disposições do Código Civil, especialmente em relação ao artigo 644, que autoriza a retenção até que se seja paga a retribuição devida. No STJ, entretanto, o entendimento foi novamente reformado, voltando a valer a decisão de primeiro grau.

O relator, ministro João Otávio de Noronha, votou pela manutenção da sentença de primeiro grau, que reconheceu o direito de o armazém ser indenizado antes da entrega do produto.

11 MAR 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STF concede perdão de pena ao ex-deputado João Paulo Cunha

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu ontem indulto de pena ao ex-deputado federal João Paulo Cunha, condenado em 2013 na Ação Penal 470, o processo do mensalão.

Cunha foi condenado a seis anos e quatro meses de prisão e, atualmente, cumpre prisão em regime aberto. Com a decisão, o ex-parlamentar recebe perdão do restante da pena e não deve mais nada à Justiça.

A Corte atendeu pedido dos advogados para que Cunha seja beneficiado com base nos requisitos definidos no decreto anual da Presidência da República, conhecido como indulto natalino, publicado em dezembro do ano passado.

O ex-deputado cumpriu mais de dois anos de prisão nos regimes semiaberto e aberto e pagou R$ 909 mil de multa pela condenação por peculato, crime ocorrido quando ele ocupava a presidência da Câmara.

OUTROS CONDENADOS

Em março do ano passado, o ex-presidente do PT, José Genoino, e o ex-tesoureiro do extinto PL, Jacinto Lamas, foram os primeiros condenados no processo do mensalão a ganhar indulto da pena.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

FÁBIO CAMPANA

Nem a mãe escapa

11 MAR 2016

A tigrada petista está com ânimos aflorados. Foi demais para seu coração ver a condução coercitiva de seu comandante, o ex-presidente Lula. É muito para a sua mente estreita a investigação que está a por na cadeia todos os quadros dirigentes do PT, numa escalada que pode culminar com a deposição de Dilma Rousseff e o fim da farra da esquerda funcionária no poder.

Ontem, a esquadra petista se superou. Atacou a mãe do juiz Sergio Moro, que recebia homenagem da Câmara de Maringá no Dia Internacional da Mulher. Um gesto grotesco. Emblemático. Lembra as esquadras do fascismo. Expôs o primitivismo político da horda, que em Maringá é comandada pelo deputado federal Enio Verri e que tem na senadora Gleisi Hoffmann a sua referência de mulher na vida pública. O comportamento foi deplorável.

Odete Moro foi professora durante toda a sua vida. Nunca exerceu cargo público, jamais teve uma sinecura, nem a aceitaria. Mulher de princípios sólidos de honestidade e dedicação ao bem comum em seu ofício. Princípios que transmitiu ao filho, o juiz Sérgio Moro, que os aplica em sua magistratura.

Os petistas odeiam Sergio Moro e seus princípios, por isso também odeiam a mãe e o pai de Sergio Moro. Odete e Dalton Moro criaram um filho que hoje põe o PT na cadeia. Condena os empresários de alto coturno que participaram do assalto à Petrobras. Esses que desviaram bilhões com a ajuda dos governos Lula e Dilma. Se depender de Sergio Moro, ninguém mais vai se apropriar de um tostão do dinheiro público. Os petistas, viciados na maracutaia, gostosamente instalados em cargos públicos, não suportam ouvir falar de Sergio Moro. Por eles, o juiz não existiria. Literalmente.

11 MAR 2016

BEMPARANÁ

Esmaefe-PR

Dallagnol profere aula inaugural

A aula inaugural da Escola da Magistratura Federal do Paraná (Esmaefe-PR), do ano de 2016, será proferida pelo Procurador Deltan Dallagnol, que coordena da força-tarefa da Operação "Lava Jato". O tema será "A corrupção e a Sociedade". A aula será realizada na segunda-feira, às 19h30, na Sede da Eemaefe, no Ahú. Poderá, ainda, ser acompanhada ao vivo pelo YouTube, através do link nos canais: www.facebook.com/esmafe, www.esmafe.com.br, www.instagram.com/esmafe